



Moreira Mariz

Heráclito anuncia regras para o pagamento de horas extras no Senado

Só haverá pagamento de hora extra para quem trabalhar após as 18h30 e esse controle será feito diariamente por diretores e chefes de gabinete. O anúncio foi feito ontem pelo 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes, que também prometeu providências para acabar com o "nepotismo cruzado". **2**

Heráclito Fortes: denúncias de irregularidades constituem "rescaldo" das eleições para a Presidência do Senado

Parlasul examinará estratégia para enfrentar crise financeira

Parlamento do Mercosul decide convocar ministros da Fazenda dos países do bloco para uma sessão especial, a ser realizada em abril, em Assunção, com vistas a debater uma "estratégia regional comum"



Jonas Pereira

Reunião do Parlamento do Mercosul: Aloizio Mercadante (2º à dir.) adverte que protecionismo e nacionalismo econômico levaram à 2ª Guerra Mundial

A declaração política aprovada ontem na sessão do parlamento, realizada em Montevideu, afirma que os países que integram o Mercosul devem investir no "aprofundamento do processo de integração" em resposta à ampliação da crise financeira internacional. O presidente da Representação Brasileira, senador Aloizio Mercadante, recordou as graves consequências da crise de 1929 ao defender a ação conjunta. **7**

Plenário vota mais uma MP de combate à crise financeira

Primeiro item da pauta, a medida provisória que modifica as datas para o recolhimento de impostos e contribuições federais concede às empresas, em tempo de crise, uma folga de cinco a dez dias para liquidarem suas obrigações tributárias. Pelos cálculos do governo, isso permite a elas girar uma soma de R\$ 21 bilhões. Câmara introduziu no texto mudança na contribuição previdenciária do empregador rural pessoa física. **3**

Novas regras para o tribunal do júri

Adoção de procedimentos visando simplificar atuação do tribunal foi debatida ontem pela comissão de juristas constituída pelo Senado

para elaborar anteprojeto de Código de Processo Penal. Colegiado, que volta a se reunir hoje, também discutiu a impronúncia. **6**



J. Freitas

Texto final de anteprojeto em estudo na comissão externa de juristas (foto) será submetido aos senadores

CPI ouve em Catanduva acusados de pedofilia

A CPI da Pedofilia tomará o depoimento, a partir de amanhã em Catanduva, interior de São Paulo, de acusados de participação em uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes. As vítimas devem também ser ouvidas. A tarefa estará a cargo dos senadores Magno Malta, presidente da CPI, Romeu Tuma, vice-presidente do colegiado, Mesquita Júnior e José Nery. O objetivo é contribuir com as investigações. **6**

Período extraordinário para servidores do Senado só será considerado após as 18h30, afirma 1º secretário, que promete adotar providências contra o "nepotismo cruzado"

Heráclito anuncia regras para pagamento de horas extras

HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) divulgou para a imprensa no final da tarde de ontem ato da Primeira Secretaria da Mesa regulamentando o pagamento de horas extras a servidores do Senado.

De acordo com o ato, o controle das horas extraordinárias será feito mediante registro diário no Sistema de Gestão de Recursos Humanos (Ergon), um sistema informatizado de recursos humanos, e deve ser efetivado pelos diretores das unidades administrativas e chefes dos gabinetes parlamentares.

O documento considera horas extraordinárias as prestadas após as 18h30 e determina que em nenhuma hipótese haverá o pagamento sem o "integral atendimento do que prevê o ato". Por fim, estabelece que as providências necessárias deverão ser adotadas pelo diretor-geral do Senado no prazo de 60 dias.

Heráclito disse que responderá pelas horas extras pagas durante a administração dele – ou seja, a partir de fevereiro – e que não pode simplesmente cancelar as horas extras pagas durante o recesso, porque isso "seria uma injustiça", uma vez que muitos servidores fizeram hora extra nesse período.



Heráclito vê "rescaldo" das eleições à Presidência do Senado

– Esta é uma primeira medida; depois vamos aperfeiçoar as novas regras – declarou, destacando que neste primeiro momento as mudanças não atingem os funcionários que trabalham nos estados.

Nepotismo

Heráclito afirmou que a Casa está tomando providências também para apurar as denúncias sobre "nepotismo cruzado", de que parentes de servidores com cargo de direção teriam sido contratados por empresas terceirizadas pelo Senado.

Segundo Heráclito Fortes, o assunto será investigado pelo corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), conforme anunciado pelo presidente da Casa, José Sarney.

O parlamentar pelo Piauí assinalou ainda que, caso se confirmem as denúncias, serão tomadas as devidas providências, podendo haver, inclusive, o

afastamento de envolvidos em irregularidades. Isso seria possível, esclareceu, porque o Senado pode cancelar os contratos que considerar irregulares. O senador garantiu que a Mesa criará também novas regras para garantir que o problema não se repita.

O senador chamou a atenção para o fato de que as supostas irregularidades denunciadas ocorreram em gestões anteriores, mas estão vindo à tona apenas nos primeiros dias do mandato de José Sarney na Presidência do Senado. Para Heráclito, trata-se de "um rescaldo" das eleições para a Presidência da Casa.

– Estamos apurando os fatos denunciados um a um. É uma oportunidade. Só lamento o silêncio conivente mantido por tanto tempo por quem agora está denunciando – disse.

Em relação à denúncia de que Roseana Sarney (PMDB-MA) teria usado passagens aéreas pagas pelo Senado para fins particulares, Heráclito Fortes afirmou que os senadores têm direito de usar um determinado número de passagens aéreas todo mês e inclusive cedê-las a funcionários e assessores e que, mesmo que houvesse alguma irregularidade, não caberia à Primeira Secretaria investigar.

Ministros do STJ elogiam Código do Consumidor

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin, que integrou a comissão de juristas formada para elaborar o anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor (CDC), disse ontem, em entrevista à Agência Senado, que o CDC é "o *habeas corpus* do consumidor". A afirmação foi feita logo após o ministro proferir palestra intitulada "Teoria geral do direito do consumidor", no auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo. O encontro foi organizado pela Escola Nacional da Magistratura (ENM), pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon) e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

No último dia 11, o código completou 18 anos de vigência. Embora aprovado no dia 11 de setembro de 1990, o texto legal só começou a vigorar em março do ano seguinte, já que foi dado prazo de seis meses para que as empresas se adaptassem à nova norma legal.

– Essa é uma das leis que, mais do que aplicada, é muito admirada pelos brasileiros. É

vista como, e a expressão não é minha, foi utilizada em um editorial de um jornal importante do país, o *habeas corpus* do consumidor – enfatizou o ministro.

Herman Benjamin assinalou que o CDC é uma das poucas leis brasileiras nascidas por determinação constitucional, uma vez que a Constituição de 1988 estabeleceu no artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que o código fosse elaborado em 120 dias, a partir de sua promulgação.

Segundo o ministro, as resistências ao Código de Defesa do Consumidor ainda se mostram presentes até hoje, passados quase 20 anos da elaboração da lei. As empresas, conforme Herman Benjamin, embora não afrontem o código de maneira direta, fazem isso "por vias transversas". No entanto, de modo geral, afirma, o CDC melhorou as relações entre fornecedor e consumidor, que eram arcaicas, diminuindo as desavenças.

Avanços

O segundo palestrante, ministro José Luís Napoleão, que proferiu palestra sobre os "Direitos

civis aplicados ao Código do Consumidor", assinalou os casos em que a jurisprudência do STJ considera estarem excluídos da área de abrangência do Código de Defesa do Consumidor. Ele citou as atribuições notariais; as relações condomínio/condômino; as relações locatário/locador; as relações jurídicas tributárias; as relações entre as instituições bancárias e o tomador de empréstimo em contratos de mútuo, em que está definido que o empréstimo destina-se ao fomento da atividade empresarial; as relações entre advogado e cliente, pois o Estatuto da Advocacia já contempla as regras dessas relações.

– A jurisprudência tem funcionado bem para lapidar a lei, interpretar o seu tempo, de modo que a jurisprudência tem dado uma belíssima contribuição para a eficiência do Código de Defesa do Consumidor – assinalou Luís Napoleão, ao justificar por que considera desnecessárias mudanças legislativas no código. No caso dos profissionais liberais, como os médicos, embora não tenham suas atividades submetidas às normas previstas no CDC, a jurisprudência, segundo Luís Napoleão, também tem avançado muito para dirimir conflitos, sempre se atendo a responsabilidades concretas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário examina novo prazo de impostos

Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta está trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 1/09 (MP 447/08), que altera o prazo de pagamento de impostos e contribuições federais.



Sarney recebe dirigente de hospital e embaixador

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebe às 10h30 o presidente do Hospital Albert Einstein, dr. Cláudio Luís Lotenberg, e às 11h o embaixador do Japão, Ken Shimanouchi. Às 16h preside a ordem do dia.

Parlasul se reúne em Montevideu

Às 10h, em Montevideu, ocorre a 16ª sessão plenária do Parlamento do Mercosul.

Em debate, o papel das comissões

A comissão temporária para reforma do Regimento Interno do Senado reúne-se às 10h30. Vai debater o tema "Comissões: tipos e organização, competência, emendamento e relatoria".

Sistema Nacional de Viação

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) debate, às 11h30, com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, procedimentos para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 18/00, que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação, entre outras medidas.

Raça e cor no cadastro de alunos

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne às 11h para votar 14 itens. O primeiro projeto em pauta, que já está em discussão no colegiado, é o que institui a residência educacional para a formação de professores da educação básica. Outra proposta que deverá ser analisada institui a obrigatoriedade de incluir o quesito cor e raça nas fichas de matrícula e nos dados cadastrais das instituições de educação básica e superior, públicas ou privadas, em suas diversas modalidades de ensino.

Recursos para segurança pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se, às 10h, para analisar proposta que altera a Lei Complementar 101/00, determinando que os recursos destinados, no Orçamento da União, para a segurança pública não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira. Ainda entre os 12 itens em pauta está o projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de registro do porte do tomador em todas as operações de crédito das instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central.

CRA discute crise na pecuária

Audiência pública, às 9h30, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), vai discutir o impacto da crise financeira na indústria frigorífica nacional e suas repercussões na pecuária de corte. Foram convidados para o debate os presidentes do Frigorífico Independência, Roberto Graziano Russo; da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, Roberto Giannetti da Fonseca; da Associação Brasileira de Frigoríficos, Péricles Salazar; e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, senadora Kátia Abreu (DEM-TO); o vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Luis Carlos Guedes Pinto; e representantes dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda.

Senado tem 43 itens na pauta de votações, entre eles uma MP de enfrentamento da crise econômica e seis propostas de emenda à Constituição



Plenário pode votar hoje medida que deixa por mais tempo no caixa das empresas dinheiro para pagamento de imposto

MP estende prazo para recolhimento de tributos

OS SENADORES PODEM votar na sessão plenária de hoje o projeto que amplia os prazos de pagamento de impostos e contribuições, tais como Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o recolhimento das contribuições previdenciárias. O PLV é o primeiro dos 43 itens da pauta.

De forma geral, a proposta (Projeto de Lei de Conversão 1/09, proveniente da Medida Provisória 447/08) aumenta entre cinco e dez dias os prazos de recolhimento dos tributos, com o objetivo de deixar por mais tempo no caixa das empresas o dinheiro reservado a esses pagamentos. Os prazos de pagamento dos tributos federais variavam do 10º ao 20º dia do mês seguinte ao do fato gerador. O governo praticamente unificou essas datas em apenas duas: 20º dia e 25º dia do mês subsequente. Conforme estimativas do

Ministério da Fazenda, os novos prazos permitem às empresas girar cerca de R\$ 21 bilhões no caixa antes do pagamento dos tributos.

Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que assina a justificativa de motivos do texto original da MP, a proposta soma-se às demais medidas já adotadas para contornar os efeitos da crise financeira mundial, que tem provocado restrição de crédito e impacto no capital de giro das empresas brasileiras. Mantega afirma que as soluções adotadas, juntamente com outras estabelecidas por MPs de combate à crise financeira, visam manter o atual nível de atividade econômica.

Previdência rural

Os deputados acrescentaram artigo, no texto da MP enviada pelo governo, que modifica a Lei 8.212/91 (sobre a organização da Seguridade Social e seu plano de custeio) na parte que trata da contribuição previdenciária do empregador rural pessoa

física. Por essa lei, é cobrada alíquota de 2% da receita bruta proveniente da comercialização da produção, bem como 0,1% sobre essa mesma receita para financiar o pagamento de prestações por acidente de trabalho. Pelo projeto de lei, deixam de integrar a base de cálculo dessa contribuição a produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento, bem como o produto animal destinado à reprodução.

Ainda ficam fora da incidência dessas alíquotas a criação pecuária e de granja e a utilização dos animais como cobaias em pesquisas científicas, quando o produto for vendido pelo próprio produtor ou por quem utilizá-lo diretamente com essa finalidade. No caso de produto vegetal, o PLV especifica que são beneficiadas pessoas ou entidades registradas no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Pecuária que se dediquem ao comércio de sementes e mudas no país.

Projeto garante assistência médica a mãe presa e seu bebê

As mães presas e os recém-nascidos podem ter asseguradas condições mínimas de assistência, como acompanhamento médico à mulher no pré-natal e no pós-parto e atendimento clínico ao bebê. Projeto que modifica a Lei de Execução Penal para estabelecer esse direito (PLC 105/03) consta da pauta do Plenário. A proposta, da deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP), recebeu parecer favorável com duas emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A relatora foi a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Pelo PLC, os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos e amamentá-los, no mínimo até os seis meses de idade. Essas penitenciárias

também deverão ter uma seção para gestantes e parturientes, além de creche para abrigar crianças maiores de seis meses e menores de sete anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

Voto aberto

Poderão ainda ser votadas em primeiro turno seis propostas de emenda à Constituição, entre elas a que determina que todas as votações na Câmara, no Senado e demais deliberações do Congresso deverão ser feitas pelo voto aberto (PEC 50/06); a que permite a brasileiros residentes no exterior eleger deputados federais (PEC 5/05); e a que institui avaliação de indicadores de responsabilidade social (PEC 29/03).

Cooperativa pode ter novas regras para funcionamento

Projeto na pauta do Plenário modifica as regras para o funcionamento da administração e do conselho fiscal das sociedades cooperativas. Aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na forma de substitutivo, o projeto (PLC 6/03) estabelece que o conselho de administração das cooperativas, composto exclusivamente por assembleia-geral, terá mandato de no máximo quatro anos, sendo obrigatória a renovação de um terço de seus membros.

De acordo com a proposição, esse conselho responderá pela alta gestão da sociedade e pelo controle da direção. As regras para a eleição, mandato e renovação valem também para a diretoria da cooperativa quando não houver conselho de administração. Já o conselho

fiscal deverá fiscalizar assídua e minuciosamente a cooperativa e ser constituída de, no mínimo, três e, no máximo, sete membros efetivos, com igual número de suplentes.

Feriados forenses

O Plenário também pode votar o substitutivo ao PLC 6/07 que estabelece as datas dos feriados forenses: entre 20 de dezembro e 6 de janeiro; os dias da Semana Santa, compreendidos entre a quarta-feira e o Domingo de Páscoa; a segunda e a terça-feira de Carnaval; os dias 11 de agosto e 1º e 2 de novembro. Um novo feriado forense: 8 de dezembro, Dia da Justiça. As datas valem para a Justiça Federal, inclusive tribunais superiores.

Cai participação do Legislativo em gasto de pessoal

A participação da despesa anual de pessoal da União com o Legislativo caiu 0,3 ponto percentual em 2008 com relação a 2007, de acordo com dados do Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de janeiro. Este é o segundo ano em que se registra queda em tais despesas.

No ano passado, o percentual foi de 4,1%, e no ano anterior ficou em 4,4%. De 2007 para 2006, a queda foi de 0,4 ponto percentual, já que o índice de 2006 ficou em 4,8%. As despesas incluem pagamentos de servidores ativos, aposentados e pensionistas do Congresso.

O motivo da queda é o aumento dos gastos com pessoal nos outros Poderes da República, o que não ocorreu, na mesma proporção, no caso do Legislativo federal. Ainda que, em números absolutos, as despesas do Legislativo – que incluem o Senado, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de

Contas da União – com o funcionalismo tenham passado de R\$ 5,6 bilhões para R\$ 5,9 bilhões, em termos percentuais houve decréscimo.

Segundo o Ministério do Planejamento, o Senado teve uma despesa total com pessoal, ano passado, de R\$ 2,3 bilhões, enquanto a Câmara dos Deputados registrou, no mesmo período, gastos de R\$ 2,6 bilhões e o Tribunal de Contas da União (TCU), R\$ 989,5 milhões.

Em 2006, a participação da União nas despesas com servidores ativos do Legislativo correspondeu a 3,3%, descendo para 3% em 2007, e 2,8% em 2008. Os gastos com aposentados mantiveram-se em 1,1% em 2008, valor igual ao registrado em 2007 e 2006. Esse índice tem apresentado recuo a partir de 2003, quando era de 1,2% – percentual que seguiu inalterado até 2005.

A despesa total com pessoal no Judiciário – que conta com uma estrutura muito maior em

todo o país –, em 2008, foi de R\$ 22,1 bilhões. A participação percentual da despesa anual de pessoal da União com o Judiciário aumentou 0,4 ponto percentual em 2008 com relação a 2007, com registros de 15,3% em 2008 e de 14,9% em 2007.

As despesas de pessoal do Executivo atingiram um total de R\$ 110,2 bilhões em 2008, incluindo administração direta, autarquias, fundações, Banco Central, empresas públicas, sociedades de economia mista, militares e Ministério Público da União. Os servidores contabilizados em todos os Poderes são ativos, aposentados e pensionistas.

A pesquisa indica ainda o número de servidores da União por Poder. No Legislativo, foram registrados, em 2007, 35.515 funcionários, abrangendo cargos comissionados de livre provimento. No Judiciário, esses servidores somaram 116.007 e, no Executivo, 1.944.677, incluindo civis e militares.



Redução percentual de gasto do Congresso ocorre pelo segundo ano consecutivo

Punição mais rigorosa para quem adulterar combustíveis

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve votar na próxima quinta-feira substitutivo ao projeto (PLS 96/05) do senador Demostenes Torres (DEM-GO) que inclui a declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) entre as sanções imputáveis a quem comercializar combustível adulterado. A matéria será votada em turno suplementar, já que no dia 12 de março foi aprovada com 12 votos favoráveis e nenhum contrário. O relator é o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Demostenes observa na justificativa do projeto que a inaptidão do CNPJ acarretaria ao fraudador, entre outras implicações, a não-obtenção de incentivos fiscais e a impossibilidade de ter conta em banco.

O segundo item da pauta da

CI é o substitutivo de Renato Casagrande (PSB-ES) ao PLS 312/08, de Francisco Dornelles (PP-RJ), que define a distribuição dos recursos arrecadados com o bônus de assinatura, que é uma das participações governamentais cobradas pela concessão de bloco para exploração de petróleo e gás natural.

A comissão também deve apreciar a indicação de Tiago Pereira Lima para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O relator é o senador Raimundo Colombo (DEM-SC), e a votação se dará por escrutínio secreto. Antes de os senadores deliberarem sobre as matérias incluídas na pauta, o presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL), concluirá o comunicado sobre os procedimentos que adotará na sua gestão.

Cidadão pede mais garantias para tomar empréstimo consignado

O tomador de empréstimo consignado, com desconto de prestações em folha de pagamento ou em benefícios previdenciários, poderá cercar-se de mais garantias na formalização desses contratos. Tal cautela está prevista em projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS), inspirado em sugestão do cidadão Geraldo Mendes da Silva, de Goiânia, que consta da pauta da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pela proposta (PLS 641/07), a autorização para o desconto de parcelas de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil na folha de pagamento ou nos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deverá ser feita por contrato específico, passando-se a se exigir a presença física do tomador do empréstimo para a entrega dos documentos necessários e a assinatura do contrato. A matéria conta com voto favorável do relator, Adelmir Santana (DEM-DF), e será examinada, em seguida, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Serviços no exterior

Com parecer favorável já aprovado pela Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), projeto de lei da Câmara (PLC 59/07) ampliando o alcance da lei que regula a situação de trabalhadores brasileiros contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior (Lei 7.064/82) também será analisado pela CAS. Atualmente, essa lei só ampara profissionais das áreas de engenharia, consultoria, projetos e obras, montagens, gerenciamento e congêneres. A proposta, que conta com relatório de Marisa Serrano (PSDB-MS), estende as regras a todas as empresas que

Enólogos e Caged

A pauta de votações da CAS inclui ainda projeto de lei (PLS 498/07), de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que garante o exercício profissional a quem possui diploma de nível médio em Enologia e aos alunos que ingressaram em curso desse nível até 29 de maio de 2007, desde que a diplomação tenha ocorrido por escolas oficiais, públicas ou privadas, reconhecidas ou credenciadas pelo poder público.

O relatório de Inácio Arruda (PCdoB-CE) tem parecer pela aprovação, com emenda.

Outro projeto (PLS 463/07) a ser examinado foi apresentado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e extingue o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) criado pelo governo federal em 1965. A matéria conta com voto favorável apresentado pelo relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Garibaldi afirma que a extinção do Caged não vai trazer prejuízos ao Ministério do Trabalho e Emprego.



Proposta apresentada por Simon exige presença física do tomador e contrato específico

Integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado reúnem-se hoje com o presidente da Câmara, Michel Temer, para acelerar exame de projeto que norteia investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos eclusas

Em busca de acordo para votar o Plano Nacional de Viação

EM TRAMITAÇÃO NO Congresso há 15 anos, o projeto de lei que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação (SNV) e altera o Plano Nacional de Viação (PNV) será debatido em audiência que integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) terão hoje com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Com início às 11h30, no gabinete de Temer, a reunião foi proposta pelo presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL), com o objetivo de acelerar o exame e a votação final da matéria naquela Casa.

De autoria do Executivo, o projeto (PLC 18/20) chegou ao Congresso no fim do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. As atenções sempre estiveram mais focalizadas no PNV, documento que contém a descrição geográfica e física de todas as vias de transporte existentes no território brasileiro e as que ainda devem ser construídas. Na prática, o PNV norteia investimentos de médio e longo prazos em rodovias, ferrovias, hidrovias,clusas, portos e aeroportos, o que justifica a mobilização em torno da matéria, já que os parlamentares buscam atender a seus estados com novas obras de infraestrutura em transportes.

Presenças

Confirmaram participação na audiência os senadores Eliseu Resende (DEM-MG), vice-presidente da CI, e Marconi Perillo (PSDB-GO), ex-presidente. Os dois estavam à frente dos trabalhos do colegiado, em dezembro, quando foi aprovado o projeto. Eliseu Resende, que à época também ocupava a vice-presidência da CI, atuou ainda como relator da proposta, acolhida a seguir pelo Plenário. A matéria voltou para nova apreciação na Câmara porque o texto aprovado no Senado foi o substitutivo preparado por Eliseu Resende.

Ao fim da votação no Senado, mais de 15 senadores elogiaram o texto substitutivo e destacaram a trajetória do senador por Minas. Ex-ministro dos Transportes, ele é considerado um dos grandes especialistas nessa área. À época, Eliseu Resende dizia que a aprovação da proposta significaria um novo momento para o país estabelecer novas diretrizes para "orientar o governo na execução das obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento, à integração nacional e à cômoda e segura locomoção dos passageiros e cargas no Brasil".

Por coincidência, o parlamentar mineiro foi também o relator do projeto em



Presidente da Comissão de Infraestrutura, Fernando Collor propôs reunião com Temer



Eliseu Resende é autor do substitutivo aprovado pelo Senado e enviado ao exame da Câmara



Marconi Perillo, ex-presidente da comissão, deve participar da tentativa de acordo

sua primeira análise na Câmara, no exercício de mandato naquela Casa. Então, da mesma forma como atuou na CI, ele negociou intensamente com parlamentares e autoridades a elaboração de um novo mapa viário que contemplasse o conhecimento detalhado da estrutura existente e suas perspectivas para médio e longo prazos.

Rodovias

Na CI, o relatório preparado por Eliseu Resende apresenta uma malha de rodovias federais de 120.491 quilômetros, sendo 45.597,40 ainda a serem construídos. Da malha já implantada, 61.017,3 quilômetros são pavimentados e 13.876,3 ainda não têm asfalto. De acordo com o novo plano, o governo federal deve-

rá ser o responsável direto por 54.322 quilômetros, ou seja, 45% do Sistema Rodoviário Federal (SRF), abrigados sob a denominação de Rede de Integração Nacional (Rinter). Essa será a malha rodoviária básica.

A Rinter inclui os principais eixos de transporte, com papel crucial para a integração interestadual e continental do

Comissão examina indicações de três embaixadores

Em sua reunião desta quinta-feira, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá examinar três mensagens presidenciais indicando nomes de diplomatas para as embaixadas do Brasil no Azerbaijão, na Nova Zelândia e na Armênia.

A primeira mensagem em pauta indica Paulo Antonio Pereira Pinto para a República do Azerbaijão. O indicado é ministro de segunda classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores. Ele será o primeiro embaixador residente em Baku, capital daquele país, demonstrando o interesse crescente do Brasil em estreitar as relações bilaterais.

Em seu parecer favorável à in-

dicação, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) lembra que as relações entre os dois países no plano multilateral já são intensas, refletindo-se no apoio mútuo a candidaturas internacionais e na defesa de posições complementares em organismos multilaterais.

O senador cita relatório elaborado pelo Itamaraty, afirmando que o comércio entre os dois países ainda é escasso, mas conta com amplas perspectivas de ampliação, especialmente no tocante a cooperação nas áreas agrícola, bancária e de infraestrutura. O Azerbaijão é rico em petróleo e gás natural e recebe importante parte dos investimentos estrangeiros diretos.

A segunda mensagem presidencial a ser analisada pela CRE indica

o nome da diplomata Renate Stille para o cargo de embaixadora do Brasil na Nova Zelândia. Ministra de segunda classe da carreira de diplomata do quadro do Itamaraty, a indicada foi embaixadora do Brasil em Yerevan, capital da Armênia. Segundo o relatório do Itamaraty, as relações entre o Brasil e a Nova Zelândia se intensificaram depois que foram abertas a embaixada brasileira em Wellington, em 1997, e a embaixada daquele país em Brasília, em 2001, mas a distância geográfica entre os dois países permanece um desafio para o maior aprofundamento do relacionamento bilateral.

O Itamaraty aponta os setores de agronegócio, ciência, tecnologia e educação como os mais promisso-

res para a cooperação bilateral. O comércio entre os dois países vem crescendo nos últimos anos e é equilibrado, segundo análise do ministério. Nos dez últimos meses de 2008, o Brasil exportou US\$ 69,6 milhões e importou US\$ 71,2 milhões. Os principais produtos que o Brasil exporta são soja, suco de laranja, motores elétricos e café. A Nova Zelândia, por sua vez, vende principalmente maquinário agrícola, proteínas do leite e laticínios ao Brasil.

Armênia

A terceira mensagem presidencial indica o nome da diplomata de carreira Marcela Maria Nicodemos para chefiar a embaixada do Brasil em Yerevan. Ela é ministra de segunda classe da carreira de diplomata do

quadro do Itamaraty e esse será seu primeiro posto de embaixadora. Desde 2006, vinha exercendo o cargo de ministra conselheira em Lima (Peru).

O Itamaraty aponta, como obstáculos para a intensificação do comércio entre Brasil e Armênia, as diferenças de escala das duas economias, a distância geográfica e as prioridades que cada país dá ao intercâmbio comercial com seus vizinhos e parceiros tradicionais. O Brasil exporta fumo, carnes e café e importa fibras sintéticas.

Apesar desses fatos, o Itamaraty cita a comunidade de descendentes de armênios – cerca de 40 mil residentes no Brasil – como um fator relevante para desenvolver as relações entre os dois países.



Integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional devem votar na quinta-feira nomes de titulares para as embaixadas brasileiras no Azerbaijão, na Nova Zelândia e na Armênia

país, bem como para o fluxo de cargas e pessoas. Os 55% restantes, a chamada rede complementar, poderão ser entregues a administrações estaduais.

Rodovias estadualizadas

O projeto aprovado autoriza a União a realizar investimentos nas rodovias que foram estadualizadas com base na Medida Provisória 82/02, mas nunca transferidas aos 14 estados envolvidos. A União fica legalmente autorizada a investir nas rodovias e a garantir as condições técnicas para a efetiva transferência.

Quando a MP foi editada, no final do governo Fernando Henrique Cardoso, os estados receberam R\$ 130 mil por quilômetro transferido. No entanto, gastaram esse dinheiro e se recusaram a assumir a gestão das rodovias, argumentando que as estradas estavam em estado precário e que os recursos não dariam para cobrir os custos de recuperação e conservação.

Ferrovias e hidrovias

O novo PNV conta com a previsão de uma malha ferroviária com 46.327 quilômetros, dos quais apenas 28.831 estão em operação. O Sistema Ferroviário Federal (SFF) equivalerá a 38,4% do Sistema Rodoviário Federal (SRF) e 85,2% da

Rinter – a rede básica de rodovias. Estão autorizados dois ramais para trem-bala ligando São Paulo e Rio de Janeiro e o trecho Belo Horizonte-Curitiba, também passando por São Paulo. O SRF sofreu alterações para atender ao escoamento da produção.

Já o Sistema Hidroviário Federal (SHF) vai dobrar de tamanho, chegando a 56.594 quilômetros, a mesma extensão, portanto, da Rinter e o equivalente a 50% do Sistema Rodoviário Federal. Sobre as hidrovias, Eliseu Resende informou que foram mapeados todos os trechos navegáveis do país. O Anexo IV do projeto divide as hidrovias em regiões hidrográficas: Amazônica, Tocantins-Araguaia, Nordeste Ocidental, São Francisco, Atlântico Sudeste, Atlântico Sul, Paraná, Uruguai e Paraguai.

Os portos fluviais serão 215 e asclusas, plataformas que tornam navegáveis alguns trechos de rios, somarão 26. Os portos marítimos foram estabelecidos em 47 e os aeroportos, em 69, sendo 38 domésticos e 31 internacionais. A criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a discussão em torno da privatização dos aeroportos foram dois dos motivos da prolongada tramitação da matéria.

Impacto da crise em frigoríficos e na pecuária em debate na CRA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza hoje audiência para discutir o impacto da crise internacional na indústria frigorífica nacional e suas repercussões na pecuária bovina de corte.

Foram convidados representantes dos ministérios da Agricultura e da Fazenda; o presidente do Frigorífico Independência, Roberto Graziano Russo; o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, Gianetti da Fonseca; o presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos, Pericles



Goellner lamenta suspensão do abate "por tempo indeterminado" no Frigorífico Independência

Salazar; o vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Luiz Carlos Guedes Pinto; e a presidente da Confederação Nacional da Agricultura, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

O requerimento para realização da audiência foi apresentado por Gilberto Goellner (DEM-MT). O senador lamentou a "inesperada decisão" do Frigorífico Independência de suspender o abate de bovinos por tempo indeterminado. A empresa, que possui fábricas em sete estados brasileiros e uma no Paraguai, tem capacidade para processar o abatimento de 11,8 mil bovinos por dia e é um dos cinco maiores exportadores de carne bovina do Brasil.

Com o fechamento das unidades, 11 mil funcionários aguardam em suas casas o desenrolar da crise. A alegação para a paralisação da produção foi a falta de fluxo de caixa, embora a empresa tenha negado que o atraso na liberação de uma parcela de

Exportação

Gilberto Goellner lembrou que houve uma redução de 53,8% na exportação de carne entre fevereiro e janeiro deste ano. O Brasil, acrescentou, é o maior exportador mundial de carne bovina, tendo exportado no ano passado 2,2 milhões de toneladas, que representaram um faturamento de US\$ 5,3 bilhões.



Senador também denuncia perdas salariais de ex-funcionários do BEP

Mão Santa diz que medo de assalto extinguiu velórios em Teresina

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou da tribuna que a barbárie já não é um fenômeno localizado em alguns estados, pois está presente em todo o país. Ele citou como exemplo a situação de Teresina, onde a tradição da "sentinela" (velório que dura uma noite inteira) já não existe porque as pessoas têm medo de assalto.

– Morreu, enterra logo, por medo. Está todo mundo apavorado. Lá na minha cidade os pobres botam caco de vidro nos mu-

ros e os ricos botam cerca elétrica. Norberto Bobbio [jurista e filósofo italiano] disse que o mínimo que se tem que exigir de um governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. O Lula não gosta de ler, mas eu dou isso de presente a ele.

Mão Santa citou ainda reportagem do jornal piauiense *Diário do Povo*, que denuncia perda de direitos e redução salarial dos ex-funcionários do Banco do Estado do Piauí (BEP), que foram incorporados pelo

Banco do Brasil.

– O governo petista no Piauí privatizou o BEP e os ex-funcionários estão lascados – declarou o senador.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que o governo piauiense está vivendo o clube da falsa felicidade. Citou o caso da ponte de Luzilândia, pela qual lutou oito anos, e lamentou que o governador tenha se "apropriado da obra, colocando uma placa como se fosse dele".

CPI ouvirá vários envolvidos com pedofilia em Catanduva

Depoimentos serão tomados de amanhã a sexta-feira. Antes da audiência, senadores do colegiado se reunirão com a juíza da Vara de Infância e da Juventude da cidade

A CPI DA Pedofilia promoverá, de amanhã a sexta-feira, em Catanduva (SP), audiências públicas para a tomada de depoimentos de diversas pessoas envolvidas em denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade. As vítimas também devem ser ouvidas, para contribuir nas investigações sobre a possível existência de rede de pedofilia que estaria atuando na região.

As ações da CPI em Catanduva estarão a cargo dos senadores Magno Malta (PR-ES), presidente do colegiado, Romeu Tuma (PTB-SP), vice-presidente, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e José Nery (PSOL-PA). Os depoimentos começarão a ser tomados após audiência com a juíza Sueli Juarez Alonso, da Vara da Infância e da Juventude daquele município.

A juíza, em conjunto com o juiz Celso Maziteli Neto, da 1ª Vara Criminal de Catanduva, determinou a reabertura do caso, após a conclusão de inquérito e a prisão do mecânico José Barra Nova de Melo, único responsa-

bilizado até agora.

A retomada das investigações foi motivada por indícios da existência de outros criminosos. De acordo com justificativa de requerimento aprovado na CPI para realização das oitavas, há a suspeita de que o mecânico seja o aliciador das crianças, as quais teriam sofrido abusos praticados por pessoas "pertencentes a estratos sociais mais elevados de Catanduva".

Denúncias

Ainda conforme informações da CPI, seis mães de vítimas relataram à juíza que os filhos "teriam sido levados a uma casa de classe média alta, onde havia quartos com banheiras e piscina". As mães também falaram sobre a existência de uma "caminhonete de luxo preta, que buscava as crianças na porta da escola para levá-las aos locais dos abusos sexuais.

A convite da CPI, a delegada Maria Cecília Castro Sanches deverá ser a primeira a falar aos senadores, seguida de Edmilson Sidney Marques, diretor de uma escola municipal da cidade. Mar-

ques foi o responsável por alertar as autoridades sobre alterações de comportamentos dos alunos, o que levou à investigação que resultou na prisão do mecânico. Também como convidados serão ouvidos Sílvia da Pastoral e José Arquimedes da Silva.

Como convocados, depõem à comissão de inquérito, ainda amanhã, José Barra Nova de Melo, seu sobrinho Willian Mello de Souza e José Emanuel Volpon Diogo, empresário da usina Cerradinho Açúcar e Alcool, todos citados pelas vítimas como autores de abusos sexuais contra os menores.

Na quinta, será tomado depoimento do médico Wagner Rodrigo Brida Gonçalves, Eduardo Augusto Aquino, funcionário da Usina São Domingos, André Luiz Cano Centurion, José Henrique de Souza e Nilton Rodrigo Sotano, também investigados pelo crime de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Na sexta-feira, os senadores ouvem os relatos dos pais das vítimas, assim como de algumas das crianças que foram alvo dos pedófilos.



Comissão que elabora anteprojeto do CPP também discutiu a impronúncia

Juristas debatem novas regras para atuação do tribunal do júri

Tribunal do júri e absolvição do réu por falta de provas (impronúncia) foram temas discutidos na manhã de ontem pelos juristas que integram a comissão responsável pela elaboração do anteprojeto de Código de Processo Penal (CPP). Os magistrados realizam o debate com base em minuta apresentada pelo relator, o procurador regional da República da 1ª Região Eugênio Pacelli de Oliveira.

No debate sobre o júri popular, Antônio Magalhães Gomes Filho, professor titular da Universidade de São Paulo (USP), defendeu a simplificação do processo penal. No seu entendimento, os jurados poderiam responder a um simples questionário, no qual se pronunciariam sobre a absolvição ou não do réu.

Também para o advogado e professor titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, a lei em vigor, nesse aspecto, é muito complicada.

O tribunal popular, de acordo com proposta apresentada pelo colegiado nos dias 26 e 27 de fevereiro, deverá ser composto por oito membros. E, em caso de haver empate quanto à sentença, o réu seria absolvido.

Com relação à impronúncia, o relator, Eugênio Pacelli de Oliveira, sugeriu a adoção de

um prazo para que a descoberta de novas provas possa reabrir a ação penal. A seu ver, do ponto de vista técnico, a absolvição sumária subtrai a competência do tribunal do júri de julgar o réu. No entanto, Pacelli disse ver "com simpatia" a possibilidade de reabertura da ação com a apresentação de novas provas.

A adoção da impronúncia, em sua opinião, é uma decisão mais política do que técnica.

– Agora, a proposta nova é que também a impronúncia, que é uma decisão de incerteza, que não tem prova, seja uma causa de absolvição sumária. Acho que podemos adotar isso como escolha política, mas não é uma escolha técnica – esclarece o procurador da República.

Prazo

A comissão de juristas, que volta a se reunir hoje, deve apresentar até julho um anteprojeto de Código de Processo Penal, que será discutido pela sociedade brasileira, mediante audiências públicas.

O texto final será submetido aos senadores para que formulem o projeto que tramitará no Congresso. Os cidadãos podem encaminhar sugestões pelo site www.senado.gov.br/novocpp e pelo e-mail novocpp@senado.gov.br.



Presidida por Magno Malta (D), CPI já colheu dezenas de depoimentos, como o da testemunha encapuzada, em Belém

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Papaléo Paes • Mário Couto

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Crédito para o Planalto está na pauta da CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza a sua primeira reunião do ano amanhã, às 14h30. Na pauta do colegiado está o Projeto de Lei 01/09-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 492,07 milhões.

A CMO analisa ainda aviso do Congresso Nacional referente a relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apontando indícios de irregularidades graves em obras de recuperação dos berços (voltados para atracação) 101 e 102 do Porto de Itaqui, no Maranhão.

Será analisado também o Ofício 02/08, do Congresso Nacional, que contém cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2007.

A reunião será presidida pelo deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), que presidiu a Comissão Mista de Orçamento em 2008. O colegiado, de acordo com a Resolução 1/06, tem até a última terça-feira de março, dia 31, para a escolha dos novos membros, que deverão votar a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2010.



Alemães elogiam comunicação feita na Casa

Jornalistas alemães visitam mídias do Senado

Representantes do grupo de comunicação alemão Deutsche Welle visitaram, na tarde de ontem, as instalações da Rádio e da TV Senado. Os visitantes também conheceram o Plenário, onde foram saudados pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que presidia a Mesa no momento da visita.

A chefe da redação *online* para a América Latina da Deutsche Welle, Láis Kalka, diz-se impressionada com a estrutura do sistema de comunicação do Senado e com a transparência das atividades legislativas.

– É importante que haja esse trabalho transparente de acompanhamento das atividades legislativas porque isso contribui para a consolidação da democracia, sobretudo em uma democracia recente como a do Brasil – declarou.

Também visitaram as redações da Rádio e da TV Senado os jornalistas Andréa Hugemann e Rodrigo Abdelmálack.

A Deutsche Welle mantém uma parceria com as emissoras da Casa na produção de reportagens e programas especiais de interesse do Brasil. Também realiza, na Alemanha, cursos de formação voltados para jornalistas.

Convite para buscar uma estratégia regional comum de enfrentamento da crise foi anexado a uma declaração política aprovada ontem, segundo a qual países do Mercosul devem se unir e combater o protecionismo



Dr. Rosinha e Mercadante, na primeira fila, e Romeu Tuma e Inácio Arruda, na segunda, participam de reunião em Montevidéu

Parlasul convidará ministros da Fazenda para debaterem a crise

O PARLAMENTO DO Mercosul (Parlasul) decidiu convidar os ministros da Fazenda dos países que integram o bloco para uma sessão especial – a ser realizada em abril, em Assunção – destinada a debater uma “estratégia regional comum de enfrentamento da crise financeira”. O convite, elaborado por iniciativa do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi incluído como anexo à principal declaração política aprovada durante a 16ª sessão do parlamento, ontem, em Montevidéu.

Segundo a declaração, os países que integram o Mercosul devem investir no “aprofundamento do processo de integração” em resposta à ampliação da crise financeira mundial. O texto expressa as preocupações dos parlamentares do bloco com os efeitos da crise sobre os níveis de produção e emprego, a “forte inquietação” com a queda do comércio dentro do bloco econômico e a oposição ao protecionismo.

A declaração – à qual foi anexado o convite aos ministros – foi elaborada a partir de dois textos, apresentados pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da Representação Brasileira no Parlasul, e pelo senador argentino Adolfo Rodríguez Saá. Por sugestão de Saá, foi incluída uma solicitação para que os governos dos países do bloco que participarem da 5ª Cúpula das Américas, em abril, abordem o tema da crise econômica, inclusive a partir de sugestões aprovadas pelo Parlasul.

O documento alerta para o risco de manutenção da tendência de queda do comércio entre os países do bloco, que poderá vir a “comprometer o processo de integração e o sentido estratégico do Mercosul”. A respeito do protecionismo, o texto adverte que “medidas consensuadas de restrição ao comércio podem ser aceitáveis, desde que transitórias e específicas a setores extremamente vul-

neráveis e que não resultem em desvio de comércio em detrimento do processo de integração”.

Os parlamentares expressaram ainda que a harmonização das políticas macroeconômicas se tornou um “imperativo” para o sucesso e a continuidade do processo de integração. Defenderam, por isso, o “aprofundamento” desse processo, por meio de estímulos conjuntos à produção do bloco, efetuados “dentro de um contexto de célere integração das cadeias produtivas e de enfrentamento decidido das assimetrias”.

Por último, a declaração sustenta a necessidade de construção de órgãos supranacionais no âmbito do Mercosul, que garantam a “imprescindível segurança jurídica para todos os Estados partes”. Entre esses órgãos estaria o Tribunal de Justiça do Mercosul, “dotado de poderes para emitir sentenças vinculantes e de cumprimento obrigatório”.

Parlamentares querem fortalecer integração

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), recordou as graves consequências da crise de 1929 ao defender, ontem, em Montevidéu, a adoção de uma ação conjunta do bloco diante da atual crise econômica mundial. Depois de 1929, lembrou, houve um grande crescimento do protecionismo e do nacionalismo econômico, que acabaram levando o mundo ao radicalismo político e à 2ª Guerra Mundial. Atualmente, comparou, as economias estão mais integradas do que naquela época.

– Estamos assistindo a um retorno do protecionismo e a uma atitude passiva diante da crise. Por isso, o parlamento deveria propor medidas mais fortes de integração – alertou.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) ressaltou o “potencial gigantesco” da região – aí incluída a sua capacidade de geração de energia – e defendeu a necessidade de maior integração entre as economias dos países que formam o bloco.

Para Neuto de Conto (PMDB-SC), o estímulo ao setor agrícola pode ser o “grande caminho para se buscar a redenção neste momento tão delicado”. Ele destacou a grande capacidade de produção dos países do bloco.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) considerou positivo o fato de os países do Mercosul estarem debatendo juntos os caminhos para enfrentar os efeitos da crise. “Vamos parar de chorar nossas misérias e discutir as nossas potencialidades”, sugeriu.

Proporcionalidade será definida em um mês

O critério de proporcionalidade no Parlamento do Mercosul a partir de 2011 deverá ser estabelecido dentro de um mês. Esse foi o prazo concedido pela Mesa do parlamento ao grupo de trabalho criado ontem para essa finalidade, composto por representantes da Venezuela e dos fundadores do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Hoje, cada um dos países fundadores conta com 18 parlamentares e a Venezuela é representada por nove parlamentares, com direito a voz, mas não a voto.

O vice-presidente brasileiro do Parlasul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), disse que no domingo, pela primeira vez, os paraguaios apresentaram uma sugestão para acordo: os países menores manteriam seus 18 parlamentares, e seria estabelecido um teto de 50 para os países mais populosos.

Segundo uma proposta apresentada em 2007 por Dr. Rosinha, o Brasil teria 75 parlamentares; a Argentina, 33; e a Venezuela, 27. No ano passado, a Argentina também propôs o teto de 75 parlamentares, mas sugeriu ampliar as bancadas argentina e venezuelana, para 43 e 31 parlamentares, respectivamente. O grupo de trabalho será o responsável por encontrar uma solução negociada com base nessas três propostas.

Mais transparência na tramitação de acordos

Os países que integram o Mercosul poderão ter de divulgar de forma “completa, detalhada e ordenada” o estágio da incorporação à legislação nacional de cada acordo firmado pelo bloco, conforme projeto do argentino Adolfo Rodríguez Saá aprovado pela Comissão de Assuntos Jurídicos do Parlasul. Segundo o projeto, que ainda terá de ser analisado em Plenário, a publicação ocorrerá por meio da página da Secretaria do Mercosul na internet. A informação será “de acesso público e sem restrições” e envolverá não apenas as normas já incorporadas, mas também aquelas em processo de incorporação – ou seja, as ainda não enviadas ao Poder Legislativo e aquelas em tramitação nas casas legislativas.

Para que os acordos firmados pelos países do Mercosul entrem em vigor, é necessária a sua aprovação pelos congressos nacionais dos integrantes do bloco. Somente então as medidas relativas ao processo de integração passam a incorporar a legislação de cada país e a valer no dia-a-dia.

Segundo levantamento feito pela Representação Brasileira no Parlasul, o Conselho do Mercado Comum aprovou 159 acordos entre 2006 e 2008. Desses 159, 34 necessitariam ser incorporados às legislações nacionais – ou seja: precisariam de aprovação legislativa. No entanto, apenas sete desses acordos foram efetivamente enviados ao Congresso pelo governo brasileiro. Os restantes ainda não chegaram ao Poder Legislativo.



Senador elogia união da bancada federal em favor de obras prioritárias

Gilvam destaca obras importantes para o Amapá

Gilvam Borges (PMDB-AP) manifestou ontem, em pronunciamento no Plenário, sua expectativa otimista em relação a uma série de obras consideradas importantes para o seu estado. Ele destacou a sintonia entre senadores, deputados federais e os demais políticos do Amapá em torno da concretização desses projetos.

O senador relatou sua participação, recentemente, em uma audiência pública da Assembleia Legislativa do Amapá realizada em Laranjal do Jari, extremo sul do estado, juntamente com Papaléo Paes (PSDB-PA) e o deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), entre outros integrantes da bancada federal do estado. Gilvam informou que mais de 60 oradores apresentaram ideias e reivindicações. E garantiu que os parlamentares do Amapá estão atuando juntos na liberação de recursos federais para as obras necessárias ao estado.

Gilvam Borges disse acreditar que até o fim do mês, ou na primeira quinzena de abril, será retomada a construção da ponte sobre o rio Jari, obra resultante de emenda sugerida pelo presidente do Senado, José Sarney, e apresentada por toda a bancada federal do Amapá. Outra obra prestes a ser iniciada, ainda na estação seca na região amazônica, conforme informou ele, é o trecho sul da BR-156.

Segurança

O senador também pediu agilidade na votação do projeto (PLS 487/08) que proíbe o uso de armas mortíferas pelo policiamento ostensivo em eventos públicos esportivos, religiosos, recreativos e afins realizados em ambientes fechados ou abertos. Nesses eventos, de acordo com o texto da proposta, os policiais poderão utilizar somente armas com balas de festim ou de borracha.

– Quero pedir agilidade na avaliação desse projeto. Eu me preocupo muito com a segurança, até porque tem sido, nesses últimos dez anos, pauta nacional – afirmou.

Gilvam Borges deu como exemplo o episódio ocorrido no estádio Bezerrão, na cidade do Gama (DF), durante o jogo entre São Paulo e Goiás, no ano passado. Por conta de uma disputa de torcidas organizadas, lembrou o senador, um policial “entrou em pânico e, como a situação obrigava e estava ao seu alcance uma arma de fogo, lançou mão instintivamente da arma, provocando o acidente”. O torcedor Nilton César de Jesus acabou morrendo vítima da ação policial.

Para senador, o governo deve investir mais em infraestrutura e promover reformas essenciais, como a tributária e a política, se quiser reduzir os efeitos da crise mundial sobre o país

Agripino cobra melhora e redução dos gastos públicos

O SENADOR JOSÉ Agripino (DEM-RN) disse ontem em Plenário que o governo federal precisa, com urgência, melhorar a qualidade dos gastos públicos se quiser que o país sofra menos com a crise financeira internacional. Ele criticou o governo Luiz Inácio Lula da Silva por ter, em sua avaliação, demorado muito para promover baixas significativas na taxa básica de juros, a Selic.

– Finalmente o governo baixa a taxa de juros. Tantas vezes falamos aqui sobre isso. Finalmente, a taxa de juros no Brasil baixou, em uma sentada só, 1,5 ponto percentual. Antes tarde do que nunca. E aplaudo a iniciativa. Mas continua a ser a maior taxa de juros reais do mundo – ressaltou.

Em sua opinião, o governo deixou de lado a “marola” e “finalmente reconheceu a crise”. Agora, acrescentou, precisa “tomar atitudes consistentes”. Ele salientou que a melhoria dos gastos públicos foi dificultada



Agripino: governo precisa “tomar atitudes consistentes”

pelo fato de o governo Lula ter contratado, desde 2003, mais de 298 mil novos servidores públicos, aumentando as despesas em R\$ 17,2 bilhões por ano.

– Eu faço uma pergunta: a administração pública do Brasil melhorou ao longo do governo Lula? Eu estou me referindo à eficiência do governo no que diz respeito à qualidade da educação, da saúde, da assistência social à criança. A contratação dessas pessoas melhorou a vida do povo? Em minha opinião, não. O Brasil melhorou por outras razões, mas não porque se tenha contratado 300 mil pessoas.

Agripino também cobrou a diminuição dos gastos com os cartões corporativos, passagens e diárias de viagens. Em vez de aumentar esses gastos, destacou, o governo deveria ter investido na infraestrutura do país, como aeroportos, rodovias, ferrovias, portos e geração de energia elétrica.

O senador também afirmou que o governo Lula perdeu bastante tempo por ainda não ter bancado reformas essenciais, como a tributária, a previdenciária e a política, ou até mesmo as reformas sindical e trabalhista.

Em apertados, Mário Couto (PSDB-PA) e Gilberto Goellner (DEM-MT) elogiaram o discurso do colega potiguar.

Agripino, durante o pronunciamento, também prestou homenagem ao médico, ex-prefeito da cidade de Parelhas e ex-deputado federal pelo Rio Grande do Norte Ulisses Bezerra Potiguar, falecido no domingo aos 83 anos.

Redução de encargos pode ajudar a reaquecer economia, diz Papaléo

Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu a reforma da legislação trabalhista e a redução dos encargos incidentes sobre os salários com vistas a estimular a geração de empregos no país e fomentar o reaquecimento da economia. As medidas, disse, contribuiriam para aumentar a competitividade das empresas brasileiras e a arrecadação tributária.

De acordo com Papaléo, que citou dados do sociólogo José Pastore, empregar alguém no Brasil custa o salário previsto em contrato mais 103%. Esse percentual, prosseguiu, dificulta a contratação formal, especialmente para as microempresas, que representam 95% do total das empresas do país.

As dificuldades induziriam, avaliou, à informalidade, ao desemprego, à automação e à sonogação na área previdenciária. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) citados pelo senador apontam que 60% dos trabalhadores brasileiros atuam na informalidade.

– Trata-se, portanto, de garantir direitos mínimos a quem ainda não os tem, não de tirar direitos dos trabalhadores, como alegam muitos dos defensores das regras atuais. O excesso de proteção acaba por desproteger a maioria, porque poucas empresas são capazes de arcar com as despesas e contratar legalmente – disse.

Papaléo Paes também comunicou sua participação em sessão



Segundo Papaléo, as regras atuais dificultam a contratação formal

itinerante da Assembleia Legislativa do Amapá em Laranjal do Jari. Os parlamentares do estado foram averiguar a situação da saúde no município, em que apenas uma unidade é responsável pelo atendimento de três municípios. Foram discutidos também, disse, os efeitos da crise econômica mundial em Laranjal do Jari.

Rosalba pede a Lula compensação a municípios

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que encontre uma forma para compensar as prefeituras pela queda nas transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O problema surgiu, disse, com a redução, pelo governo, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na tentativa de reativar a economia. Os repasses para as prefeituras são oriundos do IPI e do Imposto de Renda.

A senadora lembrou que boa parte dos municípios do Nordeste vive quase que exclusivamente das transferências. E alguns prefeitos, disse, estão preocupados, pois não sabem como pagar os gastos de abril. Em aparte, Jayme Campos (DEM-MT) acusou o go-



Queda nas transferências do FPM foi causada pela redução do IPI, diz Rosalba

verno Lula de “fazer cortesia com o chapéu alheio” ao reduzir o IPI da indústria automobilística.

Rosalba Ciarlini afirmou ainda que não saiu do papel o programa, anunciado pelo governo, de parcelamento das dívidas dos

municípios com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ela propôs que Lula determine a suspensão dos pagamentos pelas prefeituras até que seja feita a renegociação das dívidas.

A senadora também relatou audiência com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para cobrar o asfaltamento da BR-226 – a rodovia do Caju –, que corta o Rio Grande do Norte e vai até o Ceará. O ministro, disse, deu prazo de 45 dias para que fiquem prontos os projetos de um trecho de 70 quilômetros da estrada.

Rosalba Ciarlini apresentou voto de pesar pela morte, no domingo, do ex-prefeito de Parelhas e ex-deputado Ulisses Potiguar, “uma das reservas morais” do Rio Grande do Norte.



Mário Couto: programa retratou a Ilha de Marajó

Mário Couto elogia matéria da Record

Em pronunciamento no Plenário, Mário Couto (PSDB-PA) congratulou-se ontem com a TV Record pela exibição, na semana passada, de programa que destacou o potencial turístico da Ilha de Marajó, além de ter mostrado as dificuldades vividas pela população local.

O senador disse esperar que o programa sensibilize a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, em relação aos problemas vivenciados pelos moradores, como a falta de transporte, segurança e assistência médica, entre outras carências.

– A população não tem médico, não tem dentista. Em que situação se encontra o estado do Pará! É uma situação de decadência terrível, é uma situação deplorável – afirmou.

Em seu discurso, Mário Couto criticou ainda a distribuição, pelo governo do Pará, de 47 milhões de kits escolares às crianças da rede estadual de ensino com a foto da governadora Ana Júlia Carepa. Além disso, de acordo com o parlamentar, a compra do material teria sido feita sem licitação.

Mário Couto afirmou também que o Pará vem sofrendo com a ausência de investimentos e com a invasão de terras, que se agrava com o não cumprimento de 111 mandados de reintegração de posse no estado.

– A Justiça manda reintegrar e ninguém reintegra. Por que a governadora não quer? Essa é uma pergunta que eu deixo para o Ministério Público e para a Assembleia Legislativa do meu estado responderem – ressaltou o senador.